

# Projeto Arara Azul

## *Pioneiro na construção da identidade*

GUELDA CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE\*

JOCILENE BARBOZA DOS SANTOS\*\*

**RESUMO:** Ao resgatar a trajetória de negação da formação dos funcionários(as) de escola no Brasil, o artigo indica os avanços no processo educacional das experiências de Mato Grosso (MT), evidenciando as legislações que legitimaram os direitos e a omissão de estudiosos, gestores e educadores sobre o tema. Aborda a necessidade da formação inicial e continuada de funcionários(as) e problematiza os cursos que vão se conformar no perfil do profissional e seus responsáveis.

*Palavras-chave:* Funcionário de escola. História da Profissionalização. Valorização profissional. Qualidade na educação.

### Introdução

**É** importante uma retrospectiva histórica da formação dos(as) funcionários(as) de escola, no momento em que estamos construindo o novo Plano Nacional de Educação (PNE), tendo em vista que ela tem reflexos diretos na qualidade da educação. Formação que está sendo reivindicada há mais de duas décadas por toda a categoria e por aqueles que entendem a educação no sentido macro.

Tínhamos uma visão conservadora, fruto de uma concepção empirista, segundo a qual para ser funcionário de escola era necessário apenas limpar bem, cozinhar

---

\* Especialista em Gestão Escolar. Foi Diretora da E.E. São José (Pontes e Lacerda/MT); Secretária de Funcionários do Sintep/MT. E-mail: <gueldasol@hotmail.com>.

\*\* Especialista em Desenvolvimento Regional Agroflorestal. Técnica Administrativa Educacional da Rede Pública de Educação de Mato Grosso; Vice-Presidente do Sintep/MT. E-mail: <joaf@bol.com.br>.

bem, datilografar bem ou, ainda, ser amigo do prefeito da cidade. Esse perfil de funcionário não atende à escola do século XXI. A busca pelo aperfeiçoamento intelectual vem ocupando espaço gradativamente em todas as esferas da sociedade, visto que o mecanismo de seleção da mão-de-obra é o conhecimento.

A escola é entendida como a instância mais democrática da sociedade e deveria ser a responsável por despertar a consciência política de cada cidadão que por ela passar, ao invés de permanecer como cenário seletivo, palco de muitas injustiças e desmandos. A deficiência que a escola tem em se articular para as diferentes situações pode ser atribuída, também, à ausência de profissionalização adequada aos atores em questão.

Iniciamos esse artigo, descrevendo as conquistas alcançadas, a participação de cada confederação, de cada entidade envolvida, dos debates ainda calorosos sobre formação inicial e continuada, da necessidade dos cursos técnicos de nível médio e superior, do impacto da profissionalização na qualidade da educação. Enfim, de todos os avanços até chegarmos à sanção da Lei nº 12.014 (BRASIL, 2009), que dispõe sobre o reconhecimento dos(as) funcionários(as) como “profissionais da educação”.

Esse processo é feito com riqueza de detalhes, porque cada momento histórico tem uma simbologia. Somos conscientes das decepções que tivemos, entretanto, seguros do fortalecimento do espírito que nos manteve vivos e esperançosos para o próximo embate, independente de qual fosse, se político ou militar. Porém, tendo a certeza de que a mudança se faz com a luta de cada um e cada uma.

## **Trajetória de luta**

Na década de 1980, na efervescência da redemocratização do País, os trabalhadores da educação brasileira organizados em associações viviam momentos de intensa mobilização pela valorização profissional. E como estratégia de fortalecimento, o movimento sindical passou a apostar na ampliação dos associados, dentre esses, especialistas em educação (supervisores e orientadores educacionais) e, sobretudo, funcionários de escola.

Segundo Monlevade (2001), os debates em todo o País apontavam para a unificação dos trabalhadores da educação, que veio a ser concretizada nacionalmente no Congresso de Educação em Aracaju/SE, quando a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) se transformou em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Em Mato Grosso, o processo de unificação sindical aconteceu antecipadamente, pois no III Congresso da entidade, em 1986 a Associação Matogrossense de Professores (AMP) acolheu os funcionários de escola, após incansável trabalho de convencimento desses junto aos congressistas, passando a denominar-se

Associação Matogrossense dos Profissionais da Educação (AMPE), que em 1988 transformou-se no Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

Apesar do cenário conjuntural recomendar a filiação em massa dos funcionários nos sindicatos estaduais de trabalhadores da educação básica pública, para somarem na intensificação da luta, que deveria se dar na mesma proporção do patamar de desvalorização profissional que os trabalhadores em educação viviam, São Paulo e o Distrito Federal decidiram manter os sindicatos de funcionários (Afuse<sup>1</sup> e SAE<sup>2</sup>, respectivamente) separados dos de professores, por não entenderem a necessidade de um movimento de unificação (MONLEVADE, 2001). Já no Paraná, segundo o autor acima citado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), que congregava apenas os funcionários de escola, se unificou à então Associação dos Professores do Paraná (APP)<sup>3</sup>. Dessa forma, foram respeitadas as especificidades nos estados, sem prejudicar a essência da unificação consolidada na entidade nacional.

É importante registrar que a história de subalternidade dos funcionários de escola, tão claramente narrada por Monlevade (2001), aliada à diversidade de organizações na base (associações próprias, associações integradas aos professores e participação em sindicatos de funcionários públicos gerais), dificultou o processo de unificação, mas não impediu que ela acontecesse.

Em meio a essa luta, outra bandeira ganhou expressividade – a valorização dos funcionários da educação, que, segundo Monlevade (2001), delineou os seguintes avanços: a valorização dos funcionários como cidadãos pela escolarização básica e superior, como trabalhador assalariado com a inserção nos planos de carreira, e a valorização como educador através dos cursos de profissionalização.

O movimento em prol da valorização dos funcionários de escola em Mato Grosso, a partir da sua profissionalização, desencadeou uma corrida de retorno aos bancos escolares, com conseqüente elevação de sua escolaridade, uma vez que a educação escolar constitui pré-requisito para a formação profissional, condição *sine qua non* para a valorização nos planos de carreira.

Como foi então construído o conceituado projeto de profissionalização em MT? De acordo com o autor citado, esse debate vinha ocorrendo desde 1987 e 1988 e passou a ser obsessão do Sintep/MT, pois, mesmo após a sindicalização, percebia-se que a falta de escolaridade e de uma identidade profissional limitava a atuação dos funcionários no sindicato e na escola, relegando-os a um papel secundário, reforçando assim a condição de subalternidade.

Foram então promovidas diversas reuniões e seminários com os funcionários de escola, que definiram aspectos importantes rumo à sua valorização, como a necessidade de identificar novas categorias funcionais, que deveriam ser construídas a partir de cursos técnicos educacionais, sob uma base comum pedagógica.

O resultado foi a concepção e formulação de quatro cursos técnicos: Técnico em Administração Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Manutenção de Infraestrutura Escolar.

Essas foram as categorias funcionais identificadas que no momento atendiam as necessidades de ações correlatas ao processo de ensino-aprendizagem, o que não significa que se esgotaram nelas as necessidades da escola numa perspectiva de formação integral, e que outras identidades categoriais não possam vir a surgir posteriormente. Prova disso é que, em discussões seguintes nas entidades filiadas a CNTE, surgiram as identidades funcionais do Técnico em Orientação Escolar e Técnico em Desenvolvimento Infantil e, atualmente, o Eixo Tecnológico Apoio Educacional incluiu ainda as formações técnicas de nível médio em Biblioteconomia e Orientação Comunitária.

Com o objetivo principal de imprimir nesses profissionais o perfil de educadores, a proposta de formação profissional, segundo Monlevade (2001), incluiu um bloco de disciplinas de educação geral, outro de disciplinas técnicas-específicas de cada categoria (identidade) e o bloco de disciplinas pedagógicas.

A luta para a implantação da profissionalização no estado, embora vitoriosa não foi fácil. Dois governos se passaram sem que o projeto de formação profissional proposto pelo Sintep/MT fosse implantado. Em um desses governos, a profissionalização chegou a ser contemplada na legislação, porém, de acordo com o autor, ficou apenas no compromisso. Em outra gestão foi nomeada uma comissão para tratar do assunto, mas não chegou a resultados práticos.

Em 1993, finalmente, o prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, adotou o Projeto do Sintep/MT, numa demonstração de abertura para as mudanças e desejo de imprimir na educação municipal uma marca de qualidade.

Monlevade (2001) narra que proferiu a aula inaugural do Curso de Profissionalização aos funcionários de escola, do município de Cuiabá, em março de 1995, para quatro novas categorias de educadores técnicos em nível médio, que já haviam sido reconhecidas oficialmente através da aprovação pela Câmara Municipal da nova Lei Orgânica do Magistério Público.

Com a sanção da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (Lei Complementar nº 050, 1998a), em outubro de 1998, foi a vez de MT reconhecer oficialmente o caráter de profissionais da educação dos quatro cursos técnicos. Enfim, após a unificação sindical, chegou também a unificação na carreira.

Ao mesmo tempo em que os funcionários foram incluídos na Carreira dos Profissionais da Educação Básica, foram também contemplados ao lado dos segmentos professores, pais e alunos, como integrantes dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar (CDCE), regulamentados através da Lei nº 7.040, de 1998, de Gestão Democrática do Ensino Público Estadual de Mato Grosso (MATO

GROSSO, 1998b), que prevê ainda que os funcionários de escola devidamente profissionalizados também possam concorrer à função de diretor de escola, que constitui cargo eletivo.

As primeiras turmas do Projeto de Profissionalização dos Funcionários da Educação, denominado Projeto Arara Azul, foram compostas em 1998, contemplando os funcionários da rede estadual e tendo como um dos princípios norteadores, segundo o Projeto de Profissionalização dos Funcionários da Educação, Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT), a interação entre educação e prática social, integrando conhecimento às práticas vivenciadas pelos funcionários no seu cotidiano profissional.

Quando gestado no âmbito do sindicato, o projeto foi pensado para além da formação em serviço, ou seja, como curso profissionalizante na área da educação, a ser oferecido nas instituições públicas de ensino para a comunidade. De acordo com Monlevade (2001), a formação em serviço foi priorizada, por considerar a necessidade de concretizar identidades profissionais propostas, mas não consolidadas.

O Projeto de Profissionalização em Mato Grosso, graças à luta da categoria, vem aos poucos trazendo suas contribuições para a educação pública. Um aspecto positivo facilmente identificado pelos cursistas diz respeito à melhoria da qualidade das relações humanas entre os funcionários, propiciada por maior aproximação e convivência entre esses trabalhadores, com troca de experiências sobre o seu fazer cotidiano.

Porque Projeto Arara Azul? Segundo registros do Projeto de Profissionalização dos Funcionários da Educação, Seduc/MT, o nome, que faz alusão à espécie *Anodorynchus hyacinthinus*, conhecida popularmente como arara azul, foi atribuído ao projeto de profissionalização porque se trata de uma espécie extremamente curiosa e inteligente, que possui alto poder de observação e concentração, vive em bandos ou em pares e está sendo preservada da extinção. A profissionalização propõe a valorização e o resgate social da profissão e requer a adaptação dos funcionários a situações diversas na vida pessoal e profissional.

O Projeto Arara Azul atendeu a quase 100% da demanda dos funcionários na rede Estadual. Segundo dados da Seduc/MT, há atualmente 5.120 funcionários de escola profissionalizados pelo projeto que, para ser desenvolvido, contou com as parcerias entre Centros de Formação e Atualização de Professores (Cefapros), unidades escolares, assessorias pedagógicas, Sintep/MT e Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), com palestras, seminários e disponibilidade dos laboratórios de informática.

A experiência pioneira da profissionalização em Mato Grosso extrapolou seus limites geográficos e foi implantada posteriormente em Mato Grosso do Sul, no Acre e no Distrito Federal (MONLEVADE, 2001), sempre tendo como base a formação em serviço e as quatro habilitações. Acre e Mato Grosso do Sul acrescentaram as identidades de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Técnico em Orientação Educacional.

Após mudança de Governo, em 2003, houve a interrupção do Arara Azul. Com a intervenção do Sintep/MT e mobilização da categoria, o governador Blairo Maggi o retomou, porém, com a carga horária reduzida, sem o mesmo entusiasmo e comprometimento do governo anterior.

Em 2005, a Seduc/MT atendeu às últimas turmas do Projeto Arara Azul, voltando a atuar na formação profissional dos funcionários de escola, em 2007, através do Profucionário - curso de educação em nível médio a distância, que, inspirado no Arara Azul, oferece formação profissional de Técnico em Educação em quatro habilitações: Gestão Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar e Infraestrutura e Meio Ambiente.

## O impacto na qualidade da educação

É imprescindível falar da importância e dos resultados positivos da escolarização e qualificação profissional na educação, já que temos o entendimento de que “todos” os que trabalham na escola possuem o papel de educar. Ao pensar uma “Escola Democrática” não podemos nos esquecer de que os atores do processo devem estar preparados para as diversas situações encontradas no âmbito escolar.

Como será construído o currículo para atender esses profissionais? Primeiro, enquanto ser humano dotado de potencial e limitações, depois como profissional apto a intervir nas decisões à sua volta, suscetível à construção do futuro de uma escola melhor e, automaticamente, de uma sociedade superior a que temos.

Apesar dos incansáveis debates feitos por João Monlevade nas décadas de 1980 e 1990, e que o faz com propriedade, sobre a profissionalização, este ainda é um tema polêmico, que merece relevância. Tanto a profissionalização como a escolarização são dívidas sociais com os funcionários de escola.

Após inúmeras lutas e conquistas, ainda enfrentamos a dificuldade dessa profissionalização se solidificar, se transformar em *política de Estado* e deixar de ser *política de governo*. O que vimos até então são políticas emergenciais, para atender a demanda do momento. A visão é profissionalizar os funcionários de escola que já são servidores públicos, que ingressaram no concurso público sem o menor pré-requisito para o cargo e/ou função.

O concurso público efetivado é extremamente formal e/ou superficial. O candidato se inscreve para a função de Técnico em Alimentação Escolar e o que predomina na avaliação é língua portuguesa, matemática e conhecimentos gerais. Não contém nada específico do cargo e/ou função que vai exercer se aprovado no concurso. Assim acontece com a função de Técnico em Infraestrutura Escolar e com os demais cargos e/ou funções na educação. Não foi pensada uma identidade precisa para esse profissional.

A ampliação dos cursos técnicos nas habilitações já citadas e nas duas novas nomenclaturas que estão no Catálogo Nacional, recentemente (Biblioteconomia e Orientação Comunitária), é fundamental para ingresso no concurso público. Portanto, é necessário que haja algo que chame a atenção da sociedade para ingressarem nos cursos técnicos com as referidas habilitações. A profissionalização, por si só, não corresponde às expectativas desse profissional, é preciso pensar em uma graduação para atendê-lo. Os debates de quais cursos irão atender a necessidade do funcionário de escola são diversos. Nessa linha, também presenciamos diferentes defesas: se devem permanecer tecnólogos, se devem ser graduados ou licenciados, enfim, ainda não chegamos a um denominador comum. E não percebemos empenho para solucionarmos esses impasses, a luta permanece laboriosa.

Nos discursos carregados de preconceito e violando a ética fica explícita a negação desse ator no processo histórico da educação. Os funcionários de escola foram reconhecidos como educadores em todas as instâncias da legislação, porém, a negação ainda não foi superada entre os “pares” e na própria sociedade. Negar o funcionário de escola é a negar o processo educacional no Brasil, é negar a gestão democrática no interior das unidades escolares, a negação da democracia no seu cerne, é negar a existência humana.

É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista ou entendida como virtude, mas como ruptura com a decência. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (FREIRE, 1996, p. 60, grifo nosso).

Um dos caminhos para desmistificar esse profissional, tirando-o do anonimato, é a profissionalização. É através dela que o indivíduo se tornará apto para as diversas situações no cotidiano escolar, e preparado para enfrentar os possíveis obstáculos na sociedade. Após a profissionalização, esse indivíduo terá maior segurança para reivindicar direitos: piso salarial e jornada de trabalho digna. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p. 59).

### **Formação inicial e continuada, um desafio**

No que tange à profissionalização, ainda temos alguns impasses e desafios a serem superados. Apesar da maioria dos gestores municipais já terem assumido compromisso com o Plano de Ações Articuladas (PAR), do Ministério da Educação, há muitos que ainda resistem, negam o número real de funcionários a serem profissionalizados, não proporcionam condições para o trabalho ser efetivado. Outro desafio é a qualidade do curso ofertado, visto que temos um único Tutor ministrando as quatro

habilitações. O módulo pedagógico é ministrado com habilidade, porém, os específicos, com apenas um Tutor para ministrá-los, é impossível: eles não são ministrados com a mesma qualidade que o pedagógico, apesar do esforço dos tutores. Isso tem sido motivo para que a Coordenação Executiva Estadual do Profuncionário tenha se reunido com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), para juntos pensarmos ações e aprimorar o trabalho.

A qualidade da educação depende de toda a estrutura escolar, perpassando toda a liderança organizacional compartilhada, o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), com sua coletividade, o grau de comprometimento e de responsabilidade de cada ator envolvido no processo, entre outros fatores determinantes, e um deles é a profissionalização.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar que todos são extremamente importantes no interior da escola, cada um reservado à sua proporção, porém, com sua função indispensável ao papel de educar. Assim, é inaceitável que a escola continue sendo apenas espaço de disputa ideológica e de decisões políticas, sendo portadora de uma riqueza imensurável, que se configura no potencial humano. A escola deve ser percebida como instituição responsável por um papel que vai além da disputa e tomada de decisões, que tenha um propósito de construção de uma sociedade justa e solidária.

Os atores que compõem a instituição escola, necessitam notavelmente de refletir, rever alguns conceitos, principalmente sobre como usar o potencial humano que possui, "é necessário que o homem descubra o próprio homem" no espaço e no tempo que está vivendo, com o intuito de fortalecer o "Sistema Democrático" e abrir uma nova fase no desenvolvimento econômico e social desse País. (ANDRADE, 2008, p. 65).

Se considerarmos que todos no interior da escola são educadores, é pertinente lembrar que temos um problema de ordem cultural a ser superado, pois os professores estão há 30 ou 40 anos à frente dos funcionários em muitos aspectos, principalmente no que tange à formação continuada. Ainda ouvimos que o problema é o nível de conhecimento, que os debates feitos pelos professores não dizem respeito aos(as) funcionários(as), entre outros argumentos às vezes desrespeitosos. Esse discurso anda na contramão do que a Lei de Gestão Democrática propõe.

Ao admitir um aluno com deficiência física ou mental, fica subentendido que a escola inteira está recebendo a criança e deve estar preparada para atendê-la, e não apenas o(a) professor(a). Nessa ótica, é impossível negar a formação a esse(a) profissional. Como será preparado(a) se não há unidade no interior da escola visando o mesmo objetivo? O exemplo que colocamos é apenas um dos problemas vivenciados pelos (as) funcionários (as) nas escolas do estado, entre outras mazelas.

Presenciamos em seminários e outros eventos sobre educação, discussões sobre formação de professores e uma preocupação constante sobre isto, enquanto que os

funcionários nem são lembrados. Encontramos diversas obras tratando da formação de professores, mas não o mesmo em relação à formação de funcionários e desconhecemos outro estudioso, além de João Monlevade.

Na obra de Maurice Tardif, *Saberes docentes e formação profissional*, em vários momentos ele se refere ao trabalho do professor com admiração e dá liberdade para que o mesmo desenvolva sua função com propriedade. O autor se debruça com convicção sobre seu objeto e o resultado é belíssimo: “[...] o trabalho dos professores de profissão deve ser considerado como um espaço prático específico de produção, de transformação de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber fazer específico ao ofício de professor.” (TARDIF, 2008, p. 237)

É comum que autores como Tardif, ao se referirem ao trabalho escolar tomam apenas o professor como objeto de estudo. Por que só o professor? Esse questionamento parte do pressuposto de que a educação deve ser pensada em sua totalidade. Assim, teríamos um entendimento democrático e uma visão macro do processo educacional. Isso demonstra que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer até o reconhecimento social da profissão.

Com certeza, esta observação daria um excelente objeto de estudo, entretanto, não é esse o objetivo no momento, mas, sim, demonstrar o quanto esse ator da instituição escola, o(a) funcionário, é negado. Tardif fala do professor, da beleza de ensinar e de aprender com riqueza de detalhes e temos convicção de que a obra foi pensada visando à qualidade da educação. Porém, grandeza do objeto está no significante e não apenas no significado.

Em abril de 2009, no Encontro Estadual de Funcionários em Cuiabá, a representação da Seduc/MT deixou tácito que não era mais possível ignorar o funcionário de escola, mas perceber a necessidade de admiti-lo como educador, reconhecendo que ele necessita de formação continuada, assim como os professores. Esse foi um momento ímpar, singular na história dos funcionários. Foi o momento para darmos o primeiro passo rumo a uma política de formação continuada para os funcionários de escola.

A primeira vez que os funcionários de escola foram lembrados em um Seminário de Formação, pensando a formação continuada para a Área 21<sup>4</sup>, foi no mês de julho de 2009. Nessa formação já estavam presentes os formadores da Área 21 que iriam atuar nos Cefapros, até então entendidos como Centros de Formação dos Professores, com o intuito de atender todos os profissionais da educação, já que o Projeto Sala de Professor, de formação continuada direcionado pelos Cefapros, não atendia a demanda dos profissionais da educação na íntegra.

Esse espaço dentro do Cefapro também foi mais uma conquista do Sintep/MT de reaver um espaço adquirido e ainda não apropriado pelos funcionários, tímidos diante de um cenário repleto de preconceito. E ainda precisamos repensar o nome

do projeto, tendo em vista que, Projeto Sala de Professor não é um nome acolhedor, pensando o processo ao longo da história. Neste momento, temos que reunir e/ou canalizar todas as forças com um único objetivo: o de transformar a educação brasileira. Assim, fica a sugestão para Projeto Sala do Educador, que acolhe todos os profissionais da unidade escolar.

## Considerações finais

É indiscutível que esses profissionais da educação de Mato Grosso tiveram inúmeros avanços, comparados a outras unidades da Federação. Foram conquistas laboriosas, através da luta organizada dos trabalhadores da educação. Essa organização tem impactado em todo o cenário nacional e tem sido fonte de inspiração para vários estados que ainda continuam negando a existência dos(as) funcionários(as) de escola, a se estabelecerem para as diversas conquistas profissionais.

No entanto, as conquistas não nos eximem da responsabilidade de nos mantermos atentos para atender às novas demandas que vão surgindo cotidianamente nas redes municipais e estaduais, cada uma com sua especificidade. Ainda é necessário avançar e efetivar os cursos técnicos de nível médio e superiores específicos nas habilitações já citadas e nas demais que surgirem.

Assim, a responsabilidade da luta organizada fica para os sindicatos, associações e sociedade civil. Aos institutos federais e às universidades resta o desafio de efetivarem os cursos, atendendo às necessidades das escolas e do direito de todos os alunos à educação.

É o saber da História como possibilidade e não como *determinação*. O mundo não é. O mundo está sendo. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. (FREIRE, 1996, p. 65).

Com essas palavras do eterno educador Paulo Freire, fazemos nossas considerações finais, com o compromisso de continuar lutando por uma sociedade que comungue e proponha uma educação que una intelecto e serviço braçal na mesma proporção, pensando a complexidade do homem e valorizando-o enquanto ser humano e enquanto profissional.

*Recebido em outubro de 2009 e aprovado em janeiro de 2010.*

## Notas

- 1 Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (Afuse).
- 2 Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Distrito Federal (SAE-DF).
- 3 A APP foi fundada em 1947 e a partir da unificação a denominação da entidade passa ser Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato).
- 4 É a Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar criada através da Resolução 5/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2005), para incorporar os cursos técnicos de nível médio em educação.

## Referências

ANDRADE, Guelda Cristina de Oliveira. **O paradoxo entre Estado, educação e gestão democrática**. 7 ed. Cuiabá: Pau e Prosa comunicações, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm)>. Acesso em: 17 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de nov. de 2005**. Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 8/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Brasília/DF: MEC, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb05_05.pdf)>. Acesso em: jan. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39 ed. Santa Efigênia, SP: Paz e Terra, 1996.

MATO GROSSO. Diretrizes Educacionais: Secretaria de Estado de Educação. **Lei nº 050/98, que Dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso**. Cuiabá: 1998a.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Educacionais: Secretaria de Estado de Educação. **Lei nº 7040/98 de Gestão Democrática do Ensino Público Estadual de Mato Grosso**. Cuiabá: 1998b.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. **Educação Pública no Brasil: contos e descontos**. Ceilândia, DF: Idéa, 2001.

TARDIF, Maurice. **Sabedoria docente e formação profissional**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

## **Arara Azul Project**

### *The Pioneer in the construct of identity*

**ABSTRACT:** Rescuing the trajectory of the negation of school employees' training in Brazil, this article points the advances in the educational process, based on the experiences of the state of Mato Grosso, evidencing the legislations which legitimize the rights and the omission of scholars, managers and educators on the theme. Addressing the necessity of initial and continuous training of these employees, and discussing which courses will fit the profile of this professional and who will be responsible to offer them.

*Keywords:* School employee. History of Professionalization. Professional valorization. Quality in Education.

## **Proyecto Arara Azul**

### *Pionero en la construcción de la identidad*

**RESUMEN:** Al rescatar la trayectoria de negación de la formación de los funcionarios(as) de escuela en Brasil, el artículo indica los avances en el proceso educacional de las experiencias de Mato Grosso (MT), evidenciando las legislaciones que legitimaron los derechos, y la omisión de los estudiosos, gestores y educadores sobre el tema. Aborda la necesidad de la formación inicial y continuada de funcionarios(as) y problematiza los cursos que van a encajarse en el perfil del profesional y sus responsables.

*Palabras-claves:* Funcionario de escuela. Historia de la Profesionalización. Valorización profesional. Calidad en la educación.

## **Projet Arara Azul**

### *Pionnier dans la construction de l'identité*

**RÉSUMÉ:** En observant aux jours d'aujourd'hui la trajectoire de négation de la formation des employé(e)s d'école au Brésil, l'article signale les avances le long du processus éducationnel des expériences de l'État de Mato Grosso et souligne les législations qui ont légitimé les droits et l'omission de savants, gestionnaires et éducateurs à propos du thème. L'approche est faite sur la nécessité de la valorisation, de la formation initiale et continuée de ce(tte)s employé(e)s, et on problématise les cours qui vont être adéquats pour ce profil de professionnel et leurs responsables.

*Mots-clés:* Employé de l'école. Histoire de la professionnalisation. Valorisation professionnelle. Qualité de l'éducation.